

PROFESSOR, VOTE NA ELEIÇÃO DA APROPUC!

A APROPUC realizará sua eleição para renovação da diretoria em caráter virtual. A votação acontece ininterruptamente a partir das 8h do dia 28/04 até as 18h do dia 30/04.

O eleitor associado à APROPUC-SP receberá em seu e-mail a chave para votação que, após acessada, terá a duração de 10 minutos para efetuar a votação, que poderá ser realizada por intermédio de qualquer computador, tablet ou smartphone com conexão à internet e com um sistema navegador em suas versões mais recentes. Após a finalização do voto, o associado receberá na tela do seu dispositivo um comprovante da partici-

pação. Somente os professores associados até a data de 31/01/2025 e quites com a tesouraria da entidade terão direito a voto.

A apuração dos votos será realizada pela empresa contratada e pela comissão eleitoral, no dia 30 de abril de 2025, às 19h00 horas e a posse da nova diretoria acontecerá logo após o resultado da apuração.

A participação no pleito é fundamental para fortalecer a sua associação em um momento de ataques constantes às conquistas da categoria. Nas páginas 2 e 3 desta edição publicamos mais um boletim da chapa 1, Autonomia, Resistência e Luta, única inscrita ao pleito.

ASSEMBLEIA DE PROFESSORES



DIA 29/04 - ÀS 16H - ONLINE

PAUTA:

✓ Propostas de alteração no Acordo Interno feitas pela FUNDASP



O link para participar da assembleia será enviado por e-mail para os professores. Caso você não tenha recebido entre em contato com a APROPUC pelo telefone (11) 3872-2685.

Boletim de Campanha Nº02

Chapa 1

Autonomia, Resistência e Luta

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO SÃO O FOCO DESTA BOLETIM

DEFASAGEM TECNOLÓGICA

A questão da defasagem tecnológica na PUC-SP salta aos olhos de professoras, professores e estudantes cotidianamente.

A falta de estrutura, de computadores, de cabos, de pessoal especializado para auxiliar as/os docentes impede que novas tecnologias sejam utilizadas fora dos laboratórios de informática. Como não há laboratórios de informática em número suficiente para atender às crescentes demandas por tecnologia, muitas vezes professoras e professores se veem obrigados a abrir mão do seu planejamento e utilizar atividades alternativas, frustrando tanto docentes quanto seus estudantes.

A insuficiência de laboratórios de informática e equipamentos em salas de aula tende a se agravar: há muitos cursos que estão passando por reformas e atualizações que preveem maior utilização de tecnologias sem a previsão de expansão tecnológica correspondente.

SETOR AUDIOVISUAL DE APOIO AOS PROFESSORES

Cabe destacar a precariedade do Setor de Audiovisual localizado no Edifício Reitor Bandeira de Mello (Prédio Novo) que abriga os mais variados equipamentos como projetores, caixas de som, microfones e outros equipamentos, inclusive as chaves de salas tecnológicas, que os professores devem devolver ao final das aulas. Ali, muitas vezes – principalmente no período vespertino – o setor fica reduzido a um funcionário apenas, que não pode deixar seu posto na sala. A questão se agrava quando os valerosos funcionários do Setor carregam projetores e caixas de som para o Edifício Cardeal Motta (Prédio Velho) e, como acontece com certa frequência, o projetor não funciona. Saem correndo para trocá-lo e retornar com o outro. Na instalação destes, em vários casos relatados e experienciados, perde-se no mínimo 20 minutos. Como muitas disciplinas ficaram reduzidas à uma hora e quarenta minutos em sala de aula, é constante a angústia, ou irritação de docentes e estudantes.

SALAS DE AULAS PRECÁRIAS

Somemos a isso salas de aula precárias, com internet morosa, com muitos pontos cegos, e equipamentos inadequados, os corredores barulhentos, falta de manutenção predial, falta de espaço adequado para os estudantes, que se veem forçados a se acomodar pelo chão dos corredores devido à falta de bancos suficientes para aguardarem o início de suas aulas. Em dias de calor, as salas de aula tornam-se insalubres por falta de conforto térmico e ventilação. Embora algumas salas já contem com equipamento de ar condicionado, grande parte ainda apresenta ventiladores antiquados, ineficientes e barulhentos. Nossa penúria tecnológica é gritante se compararmos nossas condições com outras PUCs do Brasil, como a do Rio Grande do Sul ou a de Campinas, e até mesmo com a UNIFAI, também mantida da FUNDAESP. Por que a PUCSP está tão precária?

BIBLIOTECA NADIR KFOURI

A nossa biblioteca Nadir Kfoury encontra-se desatualizada frente às exigências dos cursos e até do MEC. Obras recentes, principalmente estrangeiras, não são adquiridas e a PUCSP/Fundasp não autoriza a subscrição para o acesso a bibliotecas digitais e sites relevantes.

AMBULATÓRIO MÉDICO

A PUCSP não conta com ambulatório médico para atendimentos emergenciais tanto para estudantes como para funcionários e professores, embora não seja obrigatório por lei. Some-se a isso a ausência de divulgação ampla de orientações sobre o que fazer ou a quem se dirigir em casos de emergência.

DISCIPLINAS TUTORADAS

Outro aspecto que diz respeito às condições de trabalho a que professoras e professores têm sido forçados a aceitar é a criação

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

das denominadas “unidades curriculares tutoradas”, frequentemente aplicadas em cursos com número reduzido de estudantes em que estudantes pagam mensalidades “cheias” de cursos presenciais e professores ministram suas aulas presencialmente ou à distância, recebendo valores hora/aula fora do contrato e inferiores às aulas presenciais. Pelo MEC, a figura do tutor, ou mesmo do professor-tutor, é regulamentada nos cursos 100% a distância, mas não nos cursos presenciais. No caso de se utilizar dos 40% de unidades curriculares em EAD, essas deverão estar identificadas como EAD no(s) PPC(s) vigente(s) do curso. Ou seja, esses atalhos criados pela PUCSP com fins claramente financeiros desobedecem às orientações do MEC não só em prejuízo dos professores, mas também dos estudantes e dos próprios cursos.

PESQUISA E EXTENSÃO

Ao lado das questões elencadas acima que devemos enfrentar, está a questão primordial para qualquer Universidade: incentivo à Pesquisa. Uma universidade se assenta sobre o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Na PUCSP, há muito tempo os incentivos à Pesquisa foram relegados a um lugar subalterno, em

consequência de políticas sucessivas adotadas pela mantenedora, que cortou horas-pesquisa e, mais recentemente, negou verbas aprovadas pelo programa PIPEq, embora os resultados sejam amplamente cobrados em avaliações internas periódicas. Podemos perceber que a PUCSP vem perdendo relevância em termos de pesquisa nos vários rankings de ensino superior divulgados. O quesito que “salva” a PUCSP é o ensino. Precisamos discutir coletivamente a pesquisa na PUCSP com urgência, sob pena de nos transformarmos apenas em excelentes “dadores de aulas”. Ainda, a Extensão também carece de políticas bem definidas na nossa instituição de modo a atender a necessária inserção da universidade na sociedade.

Esses são alguns dos temas que fazem parte das preocupações da Chapa 1 – Autonomia, Resistência e Luta e deverão ser enfrentadas por todos nós. Outros, ainda, podem ser indicados e serão enfrentados.

Professoras e Professores, venham discutir conosco sobre esses e outros temas relativos à nossas condições de trabalho na PUCSP!

As eleições APROPUC-SP serão realizadas on-line dias 28, 29 e 30 de abril.

Aguardem as instruções para votar.

PARTICIPE! VOTE! FORTALEÇA A ATUAÇÃO DA APROPUC-SP!

APROPUC encaminha pesquisa aos professores sobre Contratos de Trabalho

Conforme decisão de assembleia dos professores, a APROPUC está conduzindo uma pesquisa para obter um panorama detalhado sobre a realidade dos contratos docentes na PUC-SP. Para isso, foi elaborado um formulário que permitirá coletar dados essenciais para uma análise criteriosa da situação dos professores da universidade.

O formulário é inteiramente anônimo e tem como objetivo a identificação de padrões e discrepâncias nas condições de trabalho docente. O interesse da associação não recai sobre dados individuais, mas sim sobre o conjunto de informações que possibilitem uma avaliação ampla e precisa.

Para garantir a maior representatividade possível, a APROPUC

AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E LUTA

Diretoria

Presidente: Prof. Me. João Batista Teixeira da Silva – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

Vice-Presidente: Profa. Dra. Elaine Alves Trindade – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

1ª Secretária: Profa. Dra. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha – Economia/FEA

2º Secretário: Prof. Me. Leonardo Massud – Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal/Faculdade de Direito

1ª Tesoureira: Profa. Me. Victoria Claire Weischardt – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

2º Tesoureiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes – Economia/FEA

Suplentes

1ª - Prof. Dr. Pedro Henrique Marinho Carneiro – Psicologia Social/FACHS

2ª - Prof. Dr. Jason Tadeu Borba – Economia/FEA

3ª - Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Administração/FEA

Coordenadora de Comissões: Profa. Dra. Ana Amélia da Silva – Ciências Sociais/Fac. C. Sociais

COMISSÕES:

Contratos Docentes e Relações de Trabalho

Profa. Dra. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha – Economia/FEA - Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Administração/FEA - Profa. Dra. Elaine Alves Trindade – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Profa. Dra. Ana Amélia da Silva – Ciências Sociais/Fac. C. Sociais - Prof. Dr. Pedro Henrique Marinho Carneiro – Psicologia Social/FACHS - Prof. Me. Leonardo Massud – Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal/Fac. Direito

PROFESSORAS E PROFESSORES DA PUC-SP

Nossa chapa está em movimento e constante atualização para enfrentar os desafios que se colocam: participe!

Queremos uma APROPUC-SP sindical, representativa, independente e democrática.

solicita a participação de todos os professores. A direção da APROPUC solicita ainda, que os docentes compartilhem este comunicado com seus colegas, independentemente de serem ou não associados à APROPUC.

Os formulários devem ser preenchidos o mais rápido possível. As negociações do novo Acordo Interno iniciaram-se no dia 24/04. Quem não recebeu pode entrar em contato com a APROPUC pelo telefone **3872-2685** e solicitar o link.

Sua colaboração é fundamental, contamos com sua participação.

Apenas uma chapa inscrita para a eleição da AFAPUC

Terminado o prazo para a inscrição de chapas para o processo eleitoral da AFAPUC apenas uma chapa efetivou o seu registro. É ela a chapa Coletivo AFAPUC presidida por Rodrigo Mariano Costa do campus Monte Alegre,

tendo como vice-presidente Sheila Demétrio Sato, do campus de Sorocaba.

A votação deverá acontecer virtualmente entre os dias 02 e 06/05. Abaixo reproduzimos o programa e a composição da chapa.



Projeto de Gestão – AFAPUC 2025-2027

Ao se falar em projeto de gestão para a AFAPUC, a nossa expectativa é apresentar novas ações a serem implementadas ao longo do próximo mandato.

Entendemos que o avanço real da Associação está ligado diretamente ao resgate da nossa força coletiva e da construção de sinergia para darmos juntas(os) os próximos passos. Sem isso, nossa caminhada será limitada. Nosso objetivo é aprimorar continuamente os serviços já oferecidos pela Associação, bem como implementar novos projetos. Para isso, contamos com o apoio de todas(os) e incentivamos a participação constante no envio de sugestões.

A - Demandas Internas Prioritárias e Permanentes

Internamente, há diversas questões a serem retomadas e fortalecidas, como:

1. Retomar o diálogo quanto à necessidade de revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos e Salários, com vistas a dirimir distorções existentes e criar um plano de carreira.
2. Empenhar-se na ampliação das cláusulas previstas no Acordo Interno de Trabalho, no fortalecimento, valorização e proteção da classe trabalhadora;
3. Continuar reivindicando a criação de um refeitório exclusivo para todas(os) as(os) funcionárias(os) da instituição;
4. Reforçar a necessidade de continuar buscando me-

lhorias efetivas no atendimento e na cobertura do plano de saúde;

5. Assegurar a igualdade de direitos para todas(os) funcionárias(os), independentemente do campus/setor em que atuam;

6. Reivindicar melhorias na infraestrutura da Universidade, garantindo melhores condições de trabalho e de permanência;

7. Estimular a participação ativa das(os) funcionárias(os) na AFAPUC, por meio de campanhas de mobilização e adesão à Associação;

9. Ampliar as políticas inclusivas para pessoas com deficiência, garantindo maior acessibilidade e oportunidades para todos;

10. Expandir o debate sobre saúde mental no ambiente de trabalho, promovendo um espaço de acolhimento e suporte para a categoria, bem como, a criação de políticas efetivas para prevenção e combate dos vários tipos de assédio.

11. Elaborar estudo para o retorno do convênio com farmácias para associadas(os), visando o acesso mais fácil e econômico a medicamentos;

12. Empenhar-se na criação de um espaço de convivência para o corpo administrativo, especialmente para associados(as) da AFAPUC, estimulando o fortalecimento da comunidade;

13. Retomar a realização de eventos esportivos para

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

membros da AFAPUC, com liberação de horários durante as férias acadêmicas (tanto em São Paulo quanto em Sorocaba), promovendo a saúde e o bem-estar;

14. Propor a realização de cursos práticos de formação e aperfeiçoamento, abordando temas como comunicação, planejamento e gestão, inteligência artificial, liderança e educação financeira, a fim de qualificar os membros da instituição;

15. Reforçar a necessidade de oferecer transporte até o metrô no horário noturno de fechamento dos campi, garantindo a segurança e comodidade de todos;

16. Instituir um calendário de atividades sociais entre integrantes da Associação;

17. Garantir uma política de avaliação de desempenho profissional.

B - Compromisso com a Sociedade

Também reforçamos nosso compromisso com pautas sociais que buscam um mundo mais justo e igualitário. Entre elas, destacamos:

1. Defender sindicatos e associações de trabalhadoras(es), o direito de greve e negociar o fim de leis que reprimem as lutas;
2. Ampliar o diálogo e fortalecer as articulações com as representações estudantis e docentes, promovendo uma atuação conjunta em defesa das pautas comuns e das lutas coletivas;
3. Combater reformas neoliberais que prejudicam a classe trabalhadora do ensino superior;
4. Combater o desemprego, a terceirização, o trabalho intermitente e a precarização das relações trabalhistas;
5. Apoiar os movimentos sociais;
6. Defender a igualdade salarial para as mulheres e o direito ao próprio corpo;
7. Defender as liberdades democráticas, a liberdade de expressão e o direito de manifestação;
8. Somar na luta contra a qualquer tipo de assédio, discriminação e violência;
9. Manter o atendimento jurídico-trabalhista às(aos)

associadas(os), dentro dos critérios estabelecidos.

C - Participação e Mobilização Coletiva

A verdadeira representatividade nasce da participação ativa, do diálogo nas assembleias e do exercício do direito ao voto.

A chapa COLETIVO AFAPUC reafirma seu compromisso com a defesa e ampliação dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores da PUC-SP, sempre com respeito e valorização da dignidade de todas e todos.

D - Nosso Engajamento, Nossa Luta

O trabalho da chapa COLETIVO AFAPUC está comprometido com pautas fundamentais, como a luta por igualdade de gênero e étnico-racial, o fortalecimento das políticas de cotas e o debate crítico sobre as reformas trabalhista e previdenciária.

A AFAPUC é um espaço de resistência e de afirmação da nossa autonomia. Participe da votação! Juntas e juntos, podemos ir mais longe.

Diretoria Executiva

PRESIDENTE

Rodrigo Mariano Costa (São Paulo)

VICE-PRESIDENTE

Sheila Demétrio Sato (Sorocaba)

1º Secretário

Rivaldo Carlos de Oliveira (São Paulo)

2º Secretário

Flavio Luis Nogueira (Sorocaba)

1ª Tesoureira

Sophia Lobo Boldo (São Paulo)

2ª Tesoureira

Aline Canarini Vaz (Sorocaba)

Conselho Fiscal

Arthur Simone (São Paulo)

Nalcir Antonio Ferreira Jr (São Paulo)

Monica Ferreira de Souza (São Paulo)

Ednei Alves Pereira (Sorocaba)

Aline Cecchi de Matheus (Sorocaba)

Sandra Aparecida Costa (São Paulo)

Servidores municipais de São Paulo continuam em greve

Ao encerrarmos esta edição, os servidores municipais de São Paulo prosseguem seu movimento de greve contra a intolerância do prefeito bolsonarista Ricardo Nunes, que na audiência de conciliação não apresentou nenhuma proposta às entidades sindicais.

Os servidores municipais de São Paulo reivindicam reajuste salarial linear de 12,90%; fim do confisco de 14% das aposentadorias e pensões; defesa das carreiras da Educação, elevação dos pisos dos profissionais Educação; melhores condições de trabalho e respeito à

saúde do funcionalismo.

Por seu lado, o prefeito Ricardo Nunes apresentou na Câmara dos Vereadores o ridículo Projeto de Lei que prevê reajuste geral de salários e do vale-alimentação em duas etapas: 2,60%, em maio de 2025, e 2,55%, em maio de 2026. O projeto

foi aprovado pelo reacionário plenário da Câmara, em primeira votação na quarta-feira, 23/04, apesar dos protestos dos funcionários públicos.

Os trabalhadores decidiram pela continuidade do movimento e pela realização de novas manifestações.

Professores do ensino superior aprovam estado de greve

Os professores do ensino superior realizaram na quinta-feira, 24/04, mais uma assembleia da campanha salarial 2025. No início da reunião, o professor Celso Napolitano relatou o desenvolvimento das negociações que se iniciaram em fevereiro de 2025. Naquele momento, os patrões apresentaram uma “pauta de reivindicações” que desmontava a Convenção Coletiva. Professores e sindicatos reagiram contra as ameaças e como resultado da mobilização, a Comissão Patronal recusou de grande parte das alterações propostas no primeiro momento (veja nesta página o relato das novas propostas de cláusulas sociais).

Quanto às reivindicações econômicas, a situação permaneceu inalterada: enquanto os professores reivindicam 4,69% de reajuste (média inflacionária) e mais 2,5% de aumento real, os patrões querem pagar a inflação em duas parcelas (2,69% em março e 2% em agosto), sem nenhuma porcentagem de aumento real e nenhuma porcentagem de abono ou Participação nos Lucros e Resultados.

O professor Celso informou que o Sinpro-SP mantém o pacote remuneratório, mantendo a data base: “Não abrimos mão do aumento de poder aquisitivo anual e que a reposição inflacionária seja concedida a partir de março” afirmou o professor.

Dessa maneira, os profes-

sores aprovaram três encaminhamentos: autorização para continuar com a negociação até 14/5; manter-se em estado de greve; manter a assembleia em caráter permanente.

Participação da APROPUC

Os diretores da APROPUC João Batista Teixeira e Elaine Trindade estiveram na reunião e relataram alguns desdobramentos da primeira reunião sobre o Acordo Interno de Trabalho dos professores da PUC-SP. Segundo os professores, a Fundasp sugeriu supressão de algumas cláusulas do Acordo Interno que hoje são cobertas pela Convenção Coletiva do Sinpro-SP. Porém, como a Convenção ainda está em discussão, esta supressão poderá ser problemática. Nesse sentido, o professor Celso Napolitano colocou à disposição da APROPUC o Departamento Jurídico do Sinpro-SP, para que eventuais divergências sejam solucionadas.

Antecipação

Na reunião realizada na quinta-feira, 24/04, entre a APROPUC e o diretor-executivo da Fundasp, Pe. Rodolpho Perazzolo informou que no pagamento referente a abril, a ser creditado em maio, será efetuada uma antecipação de 3% referente ao reajuste salarial de 2025.

NOVOS ENCAMINHAMENTOS DA COMISSÃO PATRONAL DE NEGOCIAÇÃO

Manutenção da redação dos itens abaixo com base na Convenção Coletiva de Trabalho com adequações e atualizações de datas:

- ✓ Hora-atividade
- ✓ Adicional por atividade em outros municípios
- ✓ Readmissão dos professores
- ✓ Redução de carga horária por diminuição de número de alunos matriculados,
- ✓ Férias
- ✓ Recesso escolar,
- ✓ Atestados médicos,
- ✓ Quadro de avisos
- ✓ Foro conciliatório para solução de conflitos

Cláusulas para discussão com possíveis “ajustes de redação”

- ✓ Bolsas de estudo – continua em análise
- ✓ Pedido de demissão no final do semestre letivo - os patrões concordam com a reivindicação. Desde que conste “até o final de junho”
- ✓ Homologação – ser ou não obrigatória
- ✓ Garantia ao professor em vias de aposentadoria discute-se a possibilidade do docente avisar a IES ao entrar no período de estabilidade
- ✓ Controle de jornada de trabalho (cláusula nova)
- ✓ Carga horária
- ✓ Redução de carga horária por extinção ou supressão de disciplina, carga ou turma
- ✓ Contribuição assistencial

Reivindicações profissionais que podem ser discutidas no bojo das negociações

- ✓ Abono por casamento ou luto
- ✓ Licença paternidade
- ✓ Uniformes
- ✓ Ultratividade
- ✓ Dia do Professor como feriado

Foi proposta também a implementação de uma Comissão Intersindical para discutir no decorrer de 2025 os temas referentes a Plano de Saúde e Piso Salarial.



TECENDO RESISTÊNCIAS: TRINCHEIRAS CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

Femenagem a Francilene Gomes Fernandes
Dra. do PPG em Serviço Social (in memória)

“Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Militante na área de direitos humanos pelo movimento Mães de Maio. Militante da categoria profissional (Cless/Cress) e no movimento sindical Sândsep, assistente social, trabalhadora do SUAS, filha, mãe, esposa e amiga.”

05/05/2025

18h30 às 21h30

TUCARENA

JUNTE-SE A NÓS NESTE ENCONTRO DE MEMÓRIA, REFLEXÃO E LUTA!



Comunidade lamenta morte do Papa Francisco

A morte do cardeal Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco, causou imenso pesar na comunidade piquiana. A APROPUC e a AFAPUC emitiram notas de pesar. Direções e docentes de vários departamentos da universidade emitiram suas opiniões através das diversas mídias jornalísticas mostrando a sua tristeza com o acontecimento e suas preocupações com a nova escolha do dirigente máximo da Igreja Católica, que deve ocorrer nas próximas semanas.

A PUC-SP estará envolvida diretamente nesta decisão, uma vez que o estatuto da universidade prevê que a PUC-SP “deve orientar-se, fundamentalmente, pelos princípios da doutrina católica”.

Nesse sentido, o ex-professor de Ciências da Religião, Jorge Claudio Ribeiro, mostrou suas preocupações em entrevista à CNN, destacando o xadrez da sucessão como uma disputa muito acirrada entre uma proposta inclusiva implantada por Francisco e propostas mais conservadoras e dogmáticas.

Já o professor do Curso de Jornalismo, Leonardo Sakamoto destacou na sua coluna da UOL o papel social do Papa: “Os que lamentam a morte do papa

Francisco, nesta segunda-feira pós-Páscoa, são muitas vezes mais numerosos do que aqueles que a celebram – apesar de não podermos desprezar a quantidade de babacas no mundo. O ódio à defesa da compaixão por Jorge Mario Bergoglio comprovava que muitos cristãos são incapazes de entender as palavras que estão na fundação de sua própria fé”. O professor Mario Sergio

Cortela, também nas páginas da UOL, destacou a profundidade das modificações introduzidas pelo Papa Francisco na Igreja Católica, como a participação das mulheres na estrutura da Igreja Católica. No mesmo sentido o professor da Faculdade de Ciências Sociais Fernando Altemeyer destacou no site do Valor Econômico os avanços da gestão papal como o combate à pedofi-

lia dentro da Igreja Católica, a transparência nas finanças do Vaticano, a aproximação com grupos LGBT-QIAPN+, entre outros.

O Sinpro-SP divulgou nota em que “reconhece a importância do legado do Papa Francisco, que deixou um exemplo de paz, solidariedade e humildade”.

Abaixo e na próxima página reproduzimos as notas publicadas nesta semana pela AFAPUC e APROPUC:

Nota de Pesar da AFAPUC

Com profundo pesar, recebemos a notícia do falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, líder espiritual da Igreja Católica e referência mundial de humildade, compaixão e justiça social.

O Papa Francisco marcou a história com sua dedicação incansável aos mais pobres,

sua luta pela paz, pelo cuidado com a criação e seu apelo constante à fraternidade entre os povos. Seu pontificado foi um verdadeiro testemunho de amor, fé e serviço.

Neste momento de dor, nos unimos em oração aos fiéis católicos de todo o mundo, à Santa Sé e a todos que en-

contraram em suas palavras e gestos um exemplo de esperança.

Que seu legado continue a inspirar gerações e que ele descanse em paz, na luz eterna de Deus.

AFAPUC - Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP/Fundasp

Doem livros para a biblioteca dos moradores em situação de rua!

Padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, está organizando uma biblioteca para os moradores em situação de rua de São Paulo. Para isso Pe. Julio solicita doação de livros que podem abarcar as mais diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, História, Geografia etc, priorizando acervos de literatura em geral, documentais e biografias, bem como infanto-juvenis, excluindo-se livros didáticos.

A APROPUC RECEBERÁ DOAÇÕES EM SUA SEDE ATÉ 16/04/2025.
RUA BARTIRA, 407, DAS 9H E 12H E DAS 14H ÀS 17H. POSTERIORMENTE
AS DOAÇÕES SERÃO ENCAMINHADAS À PASTORAL DO POVO DE RUA.



Nota da APROPUC sobre a morte do Papa Francisco

PAPA FRANCISCO NOS DEIXOU. A APROPUC-SP não apenas lastima sua perda, mas deseja lembrar para a comunidade PUC-SP a esperança do legado deixado pelos 12 anos de seu Pontificado.

Sem dúvida, Jorge Mario Bergoglio não foi uma pessoa comum. Argentino e primeiro Papa jesuíta desde a fundação da Companhia de Jesus, escolheu o nome de um antecessor humilde – Francisco – sem número algum. Como escreve o editorial do Vaticano News de hoje, ao lamentar sua morte, foi o primeiro Papa a assinar uma Declaração de Fraternidade com uma das mais importantes autoridades do Islã, em sua viagem ao Iraque, a se equipar com um Conselho de Cardeais para governar a Igreja, a atribuir funções de responsabilidade a mulheres e leigos na Cúria, a lançar um Sínodo que envolvia diretamente “o Povo de Deus”, a abolir o segredo pontifício para casos de abusos sexuais e a remover a pena de morte do Catecismo. Desde o início de seu Pontifi-

cado, manifestou a necessidade de a Igreja Católica assumir atitude de avanço de mudança radical, dando continuidade ao trabalho ecumênico progressista ao lado dos pobres, dos imigrantes, dos perseguidos, dos prisioneiros, de todos os condenados e abandonados, incluindo a comunidade LGBTQIAPN+. Papel transformador e que a Igreja jamais deveria esquecer, como já apontado no Concílio Vaticano II, reunido pelo Papa João XXIII em 1962. Concílio este que iniciou uma verdadeira revolução na Igreja Católica, apoiando inclusive o trabalho dos padres operários e da América Latina. E este legado nos é novamente deixado por Francisco, e que deveria se tornar lema a ser cumprido por nossa Universidade.

Ao retomar o percurso legado pelo Vaticano II, os testemunhos deixados hoje por Francisco marcam a trajetória da Universidade e da Igreja no caminho de Cristo – “renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e domínio”, “dever de proteger e unir toda a

família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral”, esperança e fé de que “as coisas podem mudar”. Pois, “o progresso não passará de mito, sem considerações éticas nem mudanças de fundo”. (Laudato Si’).

Toda humanidade e misericórdia estão contidas nos ensinamentos deixados por Francisco e, certamente, ele estará no paraíso imaginário que descreveu em que plantas, animais, flores e pássaros, gentes humildes também, se encontram ao lado de Cristo. Isso num momento crucial em que o mundo oscila entre a paz e a misericórdia, sobre o fio de nova crise nuclear e de perversos genocídios de povos. Lamentamos sua morte, mas queremos também ressaltar de que ele “vinha remover as estruturas” e não para julgar o próximo. Seu legado é agora e sempre o de um Papa que se reaproximou de seu povo, o Povo de Deus, ressaltando seu amor e compromisso para com os oprimidos. Sabia de sua urgência pontifical, porém, como ressaltar, não se pode adiar as

decisões importantes como se nada tivesse acontecido. E é aos jovens e suas utopias, bem como às universidades católicas que ele dará essa responsabilidade, também, quando do encontro da Juventude em Assis, denunciando a “crise climática e espiritual” e a necessidade de postura crítica diante do atual modelo econômico e, depois, a questões prementes como o fim dos genocídios de Gaza, Mianmar e outras partes, pela paz em favor da Ucrânia. Porque Francisco também foi o primeiro a liderar a Igreja contra a guerra, porque “no mundo não há uma guerra, mas muitas guerras, pequenas e grandes, travadas ‘em pedaços’, nos diferentes continentes”. De acordo com o editorial de Vaticano News, Francisco repetiu, em mais de 300 apelos oficiais pela paz, contra a guerra da Ucrânia e o genocídio palestino, uma guerra “é sempre uma derrota”. Tentou humanizar a igreja e fazer avançar as práticas cristãs. Legado inegável de seus 12 anos de Pontificado.

professor e funcionário, filie-se à sua associação!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E
FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

APROPUC



AFAPUC

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao

FUNCIONÁRIOS: <https://www.afauc.org.br/formularios/>



RONALDO GRECCO

Faleceu na segunda-feira, 21/04, o professor Ronaldo Grecco, do Curso de Administração da Faculdade de Economia e Administração. Ronaldo graduou-se em 1972 em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, FACESP, tendo obtido o título de mestre em 1999, na PUC-SP com a dissertação “A mudança do

comportamento gerencial diante das novas tecnologias para o usuário final”. Na PUC-SP desde 1992, ministrou inúmeras disciplinas no curso de Administração, entre elas Comércio Eletrônico: Impacto nas Organizações, Informática Aplicada à Administração, Organização & Métodos, Planejamento Estratégico, SIG - Sistemas de Informa-

ções Gerenciais e Tecnologia da Informação. Na área administrativa ocupou cargos de destaque como Conselheiro da Fundação São Paulo, entre 2005 e 2008, Assessor da Vice-Reitoria Administrativa, entre 2002 e 2008 e Coordenador da área de Administração Geral, entre 1997 e 2002. Entre as suas publicações na área de Administração

de Empresas destacam-se: A influência da visão sistêmica na plena utilização da tecnologia da informação e Uma reflexão sobre a tecnologia da informação e o usuário final. Professor, administrador e colega muito querido deixou muita saudade, como provam os depoimentos de amigos e colegas em suas redes sociais.



ROSANA GALDINO

Deixou-nos no domingo, 20/06, a funcionária Rosana das Neves Galdino. Na PUC-SP desde 2006, Rosana ocupou diversos cargos, e desde 2006, era assistente administrativa, atuando na Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Além da carreira administrativa, Rosana graduou-se no curso de Secretariado Executivo Trilíngue, em 2010. Pelo Cogeae completou, em 2016, a especialização em Administração de Empresas. Foi uma funcionária querida entre seus colegas de

trabalho, como provam as inúmeras manifestações de tristeza diante de uma morte tão prematura registradas nas redes sociais. Ao completar 43 anos, em julho de 2024, Rosana reproduziu um texto de Rubem Alves que revelava bem o seu modo de vida: “A hora para comer morangos é sempre agora. O passado já foi. O futuro ainda não chegou. O único tempo que está vivo e nos pertence é o agora. Então, é nesse agora que estamos vivendo que devemos comer o nosso primeiro morango”.

FALA COMUNIDADE

Brasil Plurinacional: Um Caminho para o Reconhecimento Real da Diversidade Indígena

Sassá Tupinambá

O paradoxo jurídico da generalização indígena

A CF de 1988 reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Esse reconhecimento foi um avanço, mas ainda insuficiente diante da complexidade socio-cultural que envolve mais de 300 povos distintos no território brasileiro. O artigo 231 da CF trata os povos indígenas como um coletivo genérico, ignorando a diversidade de línguas, modos de vida e organizações sociais. Esse padrão também aparece na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Na prática, isso gera um impasse: como realizar a consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 se o Estado trata os povos como um único sujeito de direito? Deve-se escutar todos os povos individualmente ou considerar uma representação genérica? O desafio é estrutural e exige uma revisão da forma como o Brasil se compreende enquanto Estado.

O conceito de Estado plurinacional: aprendizados da Bolívia e do Equador

A plurinacionalidade é uma proposta de reorganização do Estado que reconhece a existência de várias nações dentro de um mesmo país. Bolívia e Equador são exemplos paradigmáticos. A Constituição boliviana de 2009 declara o país como um “Estado plurinacional comunitário”, reconhecendo 36 povos indígenas como nações com autonomia política, territorial, jurídica e cultural. No Equador, a Constituição de 2008 também adota a plurinacionalidade, articulando-a com o conceito de interculturalidade — o convívio entre diferentes culturas de maneira equitativa e respeitosa.

Reconhecer um Estado plurinacional implica reformas profundas: no sistema político, na administração pública, no reconhecimento de sistemas jurídicos indígenas e na educação. É um caminho de complexificação democrática que fortalece a coesão nacional por meio da valorização da diversidade.

Plurinacionalidade no Brasil: demandas e perspectivas
No Brasil, o conceito de Estado plurinacional tem ganhado força entre lideranças indígenas, intelectuais e movimentos sociais. Em 2022, o ISA e a APIB promoveram o evento “Estado Plurinacional: uma agenda para os povos indígenas no Brasil”, reunindo lideranças de todo o país para debater a necessidade de uma mudança estrutural na relação entre Estado e povos indígenas.

Segundo Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, “reconhecer o Brasil como plurinacional é reconhecer os saberes, os sistemas de vida e de governança indígena como legítimos e constituintes da nação”. Para isso, é necessário romper com a visão colonial de tutela e avançar na autonomia dos povos sobre seus territórios, línguas, formas de justiça e modelos de desenvolvimento.

Os dados do Censo e a invisibilidade nos centros urbanos. Apesar da importância desses debates, o Censo de 2022 do IBGE não divulgou o número de povos indígenas no país, o que compromete a formulação de políticas públicas específicas. A omissão desses dados dificulta ações voltadas às realidades distintas dos mais de 300 povos existentes, apagando suas singularidades culturais e políticas.

O mesmo Censo apontou um crescimento expressivo da população indígena, revelando também que a maioria vive fora de seus territórios tradicionais — em cidades, periferias e favelas. Essa dispersão urbana indica que grande parte da população indígena está sem acesso a políticas fundamentais, como o direito à terra, à saúde diferenciada, à educação bilíngue e intercultural, e à segurança alimentar. Esse cenário revela um dos maiores desafios ao Estado brasileiro: garantir os direitos originários a toda pessoa indígena, independentemente de onde ela vive. Como assegurar terra e cultura a quem está nas metrópoles? Como atender às demandas específicas de quem vive nas margens urbanas? Um Estado plurinacional poderia responder a essa realidade multifacetada?

O impacto jurídico e institucional do reconhecimento plurinacional

Um Brasil plurinacional teria consequências jurídicas e institucionais relevantes. O sistema de justiça precisaria reconhecer formas próprias de resolução de conflitos nos territórios indígenas. As escolas poderiam ser geridas pelos próprios povos, com currículos construídos a partir de suas cosmologias e necessidades locais. Os processos de licenciamento ambiental e consulta prévia deixariam de ser uma formalidade burocrática para se tornarem expressões reais de soberania compartilhada. A diversidade de povos deixaria de ser apenas simbólica e passaria a ter peso político. A plurinacionalidade impede a homogeneização do Estado sob uma identidade única e hegemônica.

Desafios e caminhos possíveis. Ainda que a plurinacionalidade represente uma possibilidade concreta para o Brasil, os desafios são muitos. Há resistências institucionais, econômicas e ideológicas. Setores da elite política e do agronegócio veem a ampliação dos direitos indígenas como ameaça. Além disso, o sistema federativo brasileiro, baseado na autonomia de estados e municípios, precisaria ser revisto para acomodar a existência de “nações” dentro da nação.

Contudo, experiências de etnogênese, ressurgimentos étnicos e fortalecimento das organizações indígenas mostram que esse processo já está em curso, ainda que não formalizado. O reconhecimento de um Estado plurinacional seria, antes de tudo, uma adequação da CF à realidade viva e dinâmica dos povos indígenas.

Por um Brasil que se reconhece em sua própria diversidade. Mais do que uma reforma jurídica, a plurinacionalidade é um projeto civilizatório. É o reconhecimento de que não há um único Brasil, mas muitos brasis coexistindo. Reconhecer a plurinacionalidade é um ato de justiça histórica, de reparação e de abertura para uma democracia verdadeiramente inclusiva.

Como afirma Dinamam Tuxá, “não queremos ser incluídos num sistema que nos oprime; queremos transformar o sistema com a nossa maneira de viver, com nossos valores e nossa visão de mundo”. O Brasil do futuro começa por esse reconhecimento.

Sassá Tupinambá é Educador, pesquisador do Núcleo Opará/CLACSO/FLACSO, membro da CAPISP e do Tribunal Popular e ex-aluno do Curso de Serviço Social da PUC-SP